

Os processos de pacificação e de reforma política em Angola e em Moçambique têm vindo a conhecer evoluções paralelas mas distintas. Entretanto, quando estamos já a poucos meses das eleições angolanas e, em Moçambique, a guerra se mantém apesar das já demoradas negociações de Roma, talvez valha a pena uma reflexão alargada, se bem que menos convencional, sobre estes processos. Neles importa considerar — e serão consideradas — a conjuntura mundial e regional, a evolução interna e, em termos especiais, o papel de Portugal e dos Portugueses, quer na procura da paz, quer no futuro.

As condições globais e regionais

A guerra fria terminou com a derrota, por autodestruição, do bloco soviético. Como todos os vencidos nas grandes guerras deste século, os Soviéticos, além de perderem território, população e a própria unidade política que se fragmentou, adoptam o modelo político-económico dos vencedores. Mas, ao contrário do que pretendiam alguns profetas mais optimistas, o fim da guerra fria e do conflito Leste-Oeste, e o reconhecimento da falência global da economia socialista, não acabou nem com a conflitualidade, nem com a política no mundo. Novas linhas de amizade e inimizade, de solidariedade e de antagonismo, novas aspirações, novas tendências — ou o retorno de antigas — substituem os conflitos *ideológicos* deste século.

A ordem de Yalta ainda não sucedeu nenhuma nova ordem mundial. Bem pelo contrário. Estamos, como em todos os interregnos, a assistir à desordem crescente, à conflitualidade atomizada, às pequenas guerras localizadas: guerras interétnicas e de vizinhança; guerras de reivindicação de posse e de propriedade de pessoas, territórios e recursos; guerra das nações pela conquista do Estado. E não é apenas no Terceiro Mundo, no Sul, que têm tido lugar tais conflitos. Desde o interminável e sangrento *puzzle* «jugoslavo», que a Comunidade Europeia se tem mostrado impotente para debelar ou controlar, apesar das permanentes declarações contrárias, até ao renascimento dos terrorismos centrífugos da Espanha ou Irlanda, passando pelo ressurgir de sentimentos xenófobos, pela chegada de lutas laborais à Alemanha do Oeste, e ao renascimento da violência urbana com conotações étnicas nos Estados Unidos. Atravessamos tempos simbólicos de dificuldade. Muito longe de qualquer nova ordem, estamos num interregno. E não há receitas políticas inequívocas, nem teorias tranquilizantes como a do fim da História, do inevitável Fukuyama, que nos valham. Só a vontade, a capacidade e o realismo permitirão encontrar caminhos menos maus para novas linhas de equilíbrio.

Esta agitação e dificuldade mundial atingiu os processos de pacificação na África Austral, na medida em que os tornou menos importantes para o mundo exterior. Com Los Angeles a ferro e fogo e a Rússia nuclear em crise, os Estados Unidos tenderão menos a preocupar-se com a fome em

Moçambique ou com a observância dos Acordos de Angola; com os seus vizinhos ex-jugoslavos matando-se regularmente e na iminência, caso as coisas corram mal, de receber refugiados políticos e económicos do Leste e da Rússia, defrontando problemas que sempre afligiram as sociedades da opulência rodeadas de famintos ou de pobres, a Comunidade Europeia olhará de modo diverso, também, esta região da África Austral, à qual, entretanto, a unem laços seculares em termos humanos, culturais e económicos.

De qualquer modo, mesmo no meio desta geral crise de importância da África, um país como Angola continua a ser uma relativa excepção. Talvez pela razão acima já referida, de que, tendo recursos diversificados e facilmente rentabilizáveis em condições políticas normais, valha o investimento na normalização política. Talvez porque o seu processo de pacificação já envolveu grandes recursos políticos e financeiros — e o prestígio de vários líderes políticos dos Estados Unidos e da Europa. E porque tem sido, nestes termos, uma «menina querida» da comunidade internacional. Talvez até porque, por razões históricas sobejamente conhecidas a que acrescem razões económicas também conhecidas, o peso de Angola (para o antigo poder colonial — Portugal) pode ser maior que o peso relativo de outros ex-territórios ultramarinos para outros poderes europeus. E também porque, regionalmente, Angola se tomou um símbolo, a importância de que o processo seja conduzido a bom termo é fundamental, num momento em que, em termos de África Austral, se concentram e defrontam factores positivos e negativos.

O processo interno sul-africano é de tal modo complexo e crucial que vai absorver politicamente os recursos e a atenção dos sul-africanos, isto é, do poder regional. Ou seja, é natural que as empresas sul-africanas, por exemplo, procurem oportunidades e levem por diante estratégias regionais. Mas, para bem ou para mal, o poder político de Pretória concentrar-se-á nas questões políticas, económicas e sociais internas. Não irá, como tal, influenciar ou intervir muito no exterior, sobretudo se tal intervenção puder servir de achas para a fogueira internacional. Por outro lado, os cenários na região são mistos: se, por exemplo, Estados menos povoados e com uma certa homogeneidade étnica — como o Botswana (onde os Estados Unidos recentemente têm vindo a expandir a sua influência) e a Swazilândia, continuam a apresentar exemplos de estabilidade e progresso; se a Namíbia cumpriu um período de transição pós-eleições politicamente tranquilo; se a Zâmbia teve o seu novo Presidente, o líder da oposição, Chiluba, eleito sem problemas; se de Klerk logrou o apoio de dois terços do eleitorado branco sul-africano para o processo de reforma, outros países e cenários apresentam-se mais depressa negativos. O Zaire continua instável; no Zimbabwe, as extemporâneas leis da nacionalização das terras podem levar ao êxodo dos agricultores brancos e à crise do sector exportador a curtíssimo prazo; em Moçambique, a guerra civil continua; o Malawi é abalado pelas

consequências dessa guerra, especialmente por ter de acolher um milhão de refugiados no seu território.

E flagelos naturais, como a SIDA — que ameaça, nesta década, e se não surgirem contramedidas, ser para a África Central e Austral o que a Peste Negra foi para a Europa no século XIV — ou a grande seca que neste ano de 1992 caiu sobre a região, contribuirão e contribuem para agravar a médio prazo a situação regional.

A importância central do processo angolano

Nestes termos, compreende-se a importância real e simbólica do processo angolano. E a importância que terá para toda a região que ele se passe, quanto possível, na normalidade, isto é, de acordo com o espírito e a letra dos Acordos do Estoril. Isto porque ele envolveu não só os então poderes mundiais — EUA e URSS — como as Nações Unidas, Portugal e outros países da Comunidade Europeia, França e Grã-Bretanha. E será o teste da parte dos próprios Angolanos, de reconhecerem a sua capacidade de esquecer e perdoar agravos mútuos e de racionalizar, na medida dos seus próprios interesses, a médio e longo prazo, as suas desconfianças internas.

Aliás, o que até aqui correu bem — sobretudo — foi o que não correu mal. Quer dizer, apesar das crises sucessivas, das tensões, das temperaturas por vezes quentes e agressivas *entre* MPLA e UNITA, não se voltou à guerra. Tem havido graves riscos, tem havido agressões ideológicas e verbais, mesmo escaramuças localizadas, com baixas de parte a parte. Mas não houve nenhum surto continuado de conflitualidade. Os mediadores e as partes foram capazes de segurar o processo.

Em contrapartida, há que apresentar graves falhas em termos de tempo e modo, do cumprimento dos acordos. Nomeadamente:

1. As deficientes condições dos aquartelamentos, a indisciplina e a ausência do enquadramento levaram a que, sobretudo entre as tropas governamentais das FAPLA, muitos soldados de armas na mão tenham abandonado os seus pontos de concentração, constituindo-se em bandos armados que, sobretudo no sul do país e nas periferias das cidades, especialmente de Luanda, se dedicam ao banditismo armado, criando condições de insegurança e perigosidade e constituindo uma tarefa urgentíssima em termos de ordem pública. Tarefa que, sejamos realistas, com certeza só será remediável em definitivo por um governo saído das eleições de Setembro.

2. Do mesmo modo, o clima de precaridade político-administrativa tem levado a que se acentuem gravemente os elementos de inércia, indecisão, corrupção e incerteza da vida económica. Infelizmente, não foi possível — também por oposição governamental —, como se desejou e propôs nomeadamente em Lisboa, levar as partes a entenderem-se, criando uma espécie de CCPM «económico-financeira» que garantisse aos investidores estrangeiros que poderiam — com garantias cruzadas do MPLA e da

UNITA — iniciar actividades no período de transição. Não sendo assim, e como acontece em todos os períodos de incerteza política, o investimento estrangeiro não veio, apesar do cessar-fogo. O país ficou, pois, adiado e assim ficará até às eleições.

3. Também as tentativas de «desestabilização» tácticas — ou de natural aproveitamento pela força em presença das fraquezas dos seus adversários — não têm contribuído para facilitar uma evolução mais regular. A atenção externa, por vezes irrealista e manipulada, também tem dado visões muito distorcidas da situação angolana. O que pode — no caso de algumas decisões importantes — comprometer uma visão correcta e corrigida dos factos próximos.

Os riscos

Impõe-se pois, neste momento, uma visão equilibrada, realista e não mítica ou mistificada do que se passou até agora.

A razão principal dos Acordos do Estoril terem sido aceites pelos subscritores, foi tais acordos serem a melhor — ou a menos má — das composições globais de interesses das partes em litígio e das forças internacionais e regionais até então empenhadas no conflito.

Esta dinâmica de pacificação contou, pois, com as direcções político-militares dos movimentos e com o peso jurídico-político dos acordos e das estruturas destinadas a assegurar a sua execução. Contou também com uma dinâmica optimista geral — pôr termo a conflitos regionais — entre os então superpoderes.

Sendo assim, também era relativamente simples identificar os riscos para a vigência e continuidade destes Acordos:

1. Que o quadro global que os tinha permitido se alterasse: já vimos que se alterou por a União Soviética ter desaparecido como parceiro, e desaparecido *tout court* da cena; do conflito de Angola e a região ter perdido importância relativa; de não haver nenhuma nova ordem mundial, mas antes um interregno, algo anárquico, em que a tendência é para cada Estado cuidar de si e, quando muito, ver que o mal dos vizinhos não lhe caia em casa.

2. Que a dinâmica da situação interna — ou a sua evolução — por exemplo no sentido de favorecer claramente uma das partes, levasse a outra à tentação de desrespeitar o acordado. Por exemplo, que a expectativa de uma clara vitória eleitoral de uma das partes fizesse a outra querer adiar ou evitar as eleições.

3. Que as condições e consequências económico-sociais do próprio processo e do seu tardio ou não adequado cumprimento o viessem a comprometer. Por exemplo, o caso do banditismo galopante que transformou parte das tropas aquarteladas em desertores e quadrilhas armadas.

4. Que a desconfiança mútua das partes perante a seriedade e honestidade das intenções e processos da outra, levasse a reservas

mentais e materiais que, por exemplo, dessem lugar a um processo mútuo de constituição de forças de reserva armada, para o que der e vier, numa situação em que, realisticamente, em Setembro é capaz de não haver Exército Nacional significativo.

5. Perigo maior de todos: que as condições de insegurança da transição e de perspectivas políticas pós-eleitorais alimentassem um êxodo do que resta dos recursos humanos e dos quadros do país, sobretudo na área económica e tecnoburocrática. A legitimidade e estabilidade políticas do futuro do Estado seriam comprometidas se se assistisse agora a uma repetição do êxodo de 1975.

Portugal e os Portugueses. Que fazer?

Sempre sustentámos que os interesses portugueses em Angola, no quadro político pós-independência, tinham como melhor cenário ou como condição *sine qua non*, o preenchimento de duas exigências:

1. A paz — porque Portugal, não tendo poder militar na região, e não sendo produtor nem exportador de armas, não tinha, para além de outras razões políticas e morais' que a tal obstassem, nada a fazer nem influenciar numa Angola em guerra.

Uma *economia aberta* — porque o tipo de bens, serviço e recursos, sobretudo humanos, que poderiam associar-se, trocar-se e desenvolver-se entre Portugal e Angola não podiam nunca, no longo prazo, tolerar um modelo económico de decisão central, que comprometeria a circulação das pessoas, a repatriação dos capitais e, sobretudo, o próprio dinamismo da economia.

Tais condições estarão realizadas e cumpridas, em princípio, a partir do próximo mês de Outubro. Por isso, é do maior interesse para Portugal que o processo de transição, apesar das suas crises e problemas, se complete em Setembro com a realização de eleições e que um Governo delas saído possa criar as condições políticas de fundo que permitam a retoma da actividade económica.

Para tal:

Sendo oficialmente mediador — logo o guardião principal do Processo de Paz — Portugal não só não deve, como não pode, tomar partido no processo interno angolano.

Não tem, aliás, meios para isso. E tem a posição privilegiada desse rigor e isenção lhe serem não só vantajosos como recomendados e exigidos funcionalmente.

Como já disséramos e ao contrário de uma certa euforia acrítica, não houve nem há grandes corridas de poderes estrangeiros a Angola. O investimento é um bem escasso no mundo e se as condições não forem convidativas, os investimentos aguardam, como é natural, que se realizem as eleições e um novo Governo delas saído e por elas legitimado tome posse e defina regras do jogo.

As partes em disputa em Angola compreendem que as empresas ali estabelecidas, ou em vias de estabelecimento, joguem nas regras do jogo que as empresas normalmente se permitem nas suas relações com o poder político. Mas não tolerarão nem esquecerão aquilo que seja intromissão abusiva — fora da agenda comum empresarial e respectivos métodos — na vida local.

Seria lamentável que a imagem de Portugal e dos Portugueses em Angola se viesse a confundir com um certo oportunismo, golpismo e negociata de aventureiros ou «novos garimpeiros», que tentam aproveitar as condições complexas de uma economia de transição para realizar à pressão negócios da China. Os interesses económicos de Portugal em Angola são de longo prazo e, por isso, não se podem confundir ou sacrificar a jogadas de ocasião. Por isso, ser demasiado esperto é também perigoso para públicos e privados.

Isto não obsta a que, com certeza, os cidadãos portugueses possam tomar e tomem posições ideológicas ou de simpatia quanto ao processo angolano. Mas, o que devem fazer, é sempre na certeza de que: 1. Não têm capacidade de decisão em tal processo. Este vai ser decidido internamente e não vale muito a pena pensar em soluções de recurso ou de oportunidade, sobretudo se elas comprometerem interesses de fundo.

2. Os quadros e as regras do jogo são diferentes dos europeus e vale mais tentar percebê-los que dar ouvidos aos primeiros — ou sucessivos — disparates sofisticados servidos por interessados ou ignorantes.

3. A ordem natural das coisas é que uma economia angolana em reconstrução precise da tecnologia, capitais, recursos humanos portugueses. E essa natureza das coisas — havendo paz e mercado livre — só não funcionará se irremediáveis posicionamentos políticos interferirem. O que não se espera e, é claríssimo, não se deseja.

4. Que é a própria comunidade empresarial portuguesa que tem que estabelecer estratégias e regras de comportamento, organizando-se de acordo com os seus interesses. Não tendo o país empresas de uma dimensão tal que possam ter estratégias globais para Angola — os acordos intersectoriais, concertação e conjugação são fundamentais.

Num ponto final, e considerando que o realismo nos impôs, talvez, um tom pessimista, julgamos importante sublinhar que a força das coisas e a convergência dos interesses, para além de factores exógenos de grande peso humano, cultural e histórico, empurram Portugueses e Angolanos para uma cooperação económica estreita, forte e de grandes vantagens recíprocas. Seria por isso mais lamentável se erros, omissões ou interesses circunstanciais, comprometessem hoje e até Setembro, esse futuro.

O caso de Moçambique

Algo diversa tem sido, em termos negociais e também no terreno, a evolução do problema moçambicano, isto é, a procura do cessar-fogo e da

paz entre o partido único no poder desde a independência — a FRELIMO — e a oposição armada — a RENAMO.

Como já temos insistido, a problemática é bem diversa sobretudo no sentido da menor «internacionalização» militar do problema moçambicano. As ajudas exteriores têm faltado aos rebeldes desde que os acordos do Incomati puseram termo à ajuda sul-africana, mesmo admitindo alguma ajuda esporádica, não oficial.

Por outro lado, pelo que ao Governo respeita, se não se podem comparar, por exemplo, os apoios soviéticos com os que foram dados ao MPLA, a dependência externa é muito grande. Grande parte do PNB moçambicano vem da ajuda exterior, especialmente europeia e norte-americana. O grande sustentáculo militar de Maputo continuam a ser as tropas do Zimbabwe. Daqui que seja muito interessante observar, sobretudo no decurso do último ano, as mudanças ou inflexões da política externa dos principais Estados ocidentais com interesses e responsabilidades em Moçambique, passados ou futuros. O grande sinal de mudança foi dado por Lisboa — embora respondendo a um apelo do próprio Chissano que, a uma dada altura, pediu a Lisboa que interviesse para «moderar» Dhlakama. Num entendimento talvez demasiado literal — ou até excessivo — deste convite, o líder da RENAMO, na sua visita a Portugal, teve o «tapete vermelho» das altas personalidades de Estado. Contemporaneamente, os norte-americanos estavam mudando. Herman Cohen falava claramente na necessidade de paridade negocial, e de que a RENAMO fosse reconhecida como «parceiro legítimo» dos acordos. Davidow encontrava o líder da RENAMO em Genebra pela mesma ocasião (fins de Outubro, princípios de Novembro de 1991).

Já confrontado com esta nova dimensão, o líder da RENAMO viria, a nível regional, a conhecer semelhantes melhorias na sua imagem: o seu amigo e protector, o Presidente Daniel Arap Moi, do Quénia, já o tinha apresentado no Verão de 1991 a de Klerk. O Presidente Banda, do Malawi, também o recebeu. No princípio de 1992 é o próprio Mugabe que o encontra no Malawi, um encontro que, posteriormente, ambas as partes qualificarão de importante, esclarecedor e proveitoso. O último grande magnata-aventureiro de África, «Tiny» Rowland, da Lomhro, aparece também em alguns destes encontros na região.

Desfaz-se com eles parte da imagem «negativa» do líder da RENAMO. Os seus interlocutores descrevem-no, progressivamente, como um homem inteligente, equilibrado, que recupera, em termos políticos, diplomáticos, os «anos perdidos» no seu quartel-general da Gorongosa. O poder armado dos guerrilheiros impô-los na negociação e na diplomacia. Mas agora eles, estão a ganhar, nessa área, espaço e tempo perdido. A consagração vem com a própria mudança dos Ingleses, na primeira quinzena de Maio. Londres, sempre muito crítica, abre as suas portas à RENAMO. Depois de contactos no Malawi, onde Cohen vira também Dhlakama, o líder da RENAMO é convidado a visitar Londres.

No desenho a mais longo prazo da região e combinando os factores locais e regionais com as linhas de evolução mais largas, é muito possível que: No largo prazo, os Estados Unidos venham a desligar-se progressivamente da zona, transferindo responsabilidades e encargos para outros poderes europeus ou regionais. Com o reacender das questões «domésticas» das minorias pobres — e com os seus próprios «africanos» em dificuldade — será difícil justificar, em termos de opinião pública, a ajuda humanitária a Moçambique. Logicamente, isto dependerá também do resultado das eleições. Mas a lógica global pós-guerra fria será neo-isolacionista; e a África Oriental Austral é capaz de não ser uma prioridade. Como Pretória não quer, também, envolvimento directo, os dois principais jogadores do processo angolano — Sul-Africanos e Norte-Americanos — são capazes de estar, progressivamente, ausentes de Moçambique. Será que os arranjos no quadro dos europeus com interesses tradicionais na região — Grã-Bretanha, Portugal — poderão substituir-se, cooperando com os já envolvidos mediadores romanos — Governo italiano e Santa Sé?

Nas situações de grande degradação político-social e total caos económico é muito perigoso pensar que o mal dos nossos inimigos é o nosso bem. A insistência da FRELIMO — paralela à do MPLA em relação à UNITA — de negar à RENAMO o estatuto de beligerante opositor (*justus-hostes*), que acabou por aceitar ao iniciar as negociações, bem como uma preocupação de Joaquim Chissano de discutir com alguns dos seus visitantes ocidentais a problemática da «legitimidade» histórica da RENAMO, são maus indícios para a paz próxima. Na verdade, estes conflitos têm demonstrado que, a partir de um certo momento, os Governos não têm para eles solução militar. Devem, pois, negociar com as guerrilhas, enquanto estas não têm também tal hipótese de solução. Isto é, aproveitar como oportunidade para a paz negociada, esse equilíbrio de impotência que se traduz no beco sem saída da impossibilidade cruzada da vitória. Caso contrário, porque há factores de dinâmica política a funcionar, o empate técnico pode transformar-se em colapso do poder estabelecido. O que aconteceu, por exemplo, na Etiópia e no Afeganistão.

O tempo ideal para a concretização destes esforços vai estabelecer-se, cremos, entre Junho e Dezembro. Na primeira fase, o processo de Angola irá concentrar as atenções de todos estes parceiros — o que não impedirá Moçambique de avançar imediatamente a seguir — e se Angola tiver alcançado sucesso será o momento ideal para aplicar os esforços concentrados a Moçambique.

Tal dependência, entretanto e acima de tudo, da própria disposição dos beligerantes internos de pagarem os preços e assumirem os riscos da reconciliação nacional, substituindo as regras do jogo da competição política às da guerra. Para tal é necessário:

A continuidade do processo de pacificação e a redefinição de estruturas civis da RENAMO é urgente também. Os homens da oposição armada de Moçambique têm a noção de que foram vítimas de uma extraordinária campanha de isolamento e liquidação moral. Ao saírem dela, quando se

começa, internacionalmente, a tomar uma posição mais equilibrada em relação a «bons» e «maus» no conflito local, é importante que isto fique bem claro e que os processos de garantias externas do cessar-fogo — e de um período de transição pré-eleitoral, que não pode repetir alguns erros de Angola, especialmente a perigosíssima duração — cheguem bem depressa e bem claramente.